

## **RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 2.º SEMESTRE DE 2015**

### **INTRODUÇÃO**

- 1.** Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2014, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Murça**, reportada ao ano de 2015, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 6.625.436,23 € de despesa paga e um total de 7.650.906,20 € de receita cobrada que inclui 62.100,56 € do saldo de gerência anterior), no Balanço (que evidencia um total de ativo líquido de 27.492.203,83 € e um total de fundos próprios de 12.831.657,84 €, incluindo um resultado líquido de 542.255,08 €) e na Demonstração dos resultados.
- 2.** As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

### **RESPONSABILIDADES**

- 3.** É da responsabilidade do Órgão Executivo Municipal:
  - a)** a preparação de informação financeira histórica e orçamental de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites;
  - b)** a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - c)** a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
  - d)** a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
- 4.** A nossa responsabilidade consiste em analisar a informação financeira e orçamental contida nos documentos acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### **ANÁLISE ORÇAMENTAL**

- 5.** A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

### Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação Corrigida	Compromissos assumidos	Saldo	Grau Exec. efetiva	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec. Orç Dez 15	Grau Exec. Orç Dez 14
Cl.	Designação								
1	Despesas com o pessoal	2.428.747,26	2.370.943,66	57.803,60	97,62%	2.249.349,20	179.398,06	92,61%	88,59%
2	Aquisição de bens e serviços	2.578.630,83	2.411.482,89	167.147,94	93,52%	2.101.125,56	477.505,27	81,48%	64,48%
3	Juros e outros encargos	218.800,00	200.926,96	17.873,04	91,83%	200.926,96	17.873,04	91,83%	78,34%
4	Transferências correntes	403.322,47	400.776,42	2.546,05	99,37%	389.727,48	13.594,99	96,63%	67,30%
6	Outras despesas correntes	30.000,00	29.999,79	0,21	100,00%	29.999,79	0,21	100,00%	71,60%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>		<b>5.659.500,56</b>	<b>5.414.129,72</b>	<b>245.370,84</b>	<b>95,66%</b>	<b>4.971.128,99</b>	<b>688.371,57</b>	<b>87,84%</b>	<b>75,53%</b>
7	Aquisição de bens de capital	1.322.600,00	440.488,53	882.111,47	33,30%	275.342,89	1.047.257,11	20,82%	34,57%
8	Transferências de capital	195.000,00	178.069,68	16.930,32	91,32%	165.235,96	29.764,04	84,74%	57,84%
9	Ativos financeiros	50.478,00	50.478,00	0,00	100,00%	50.478,00	0,00	100,00%	0,00%
10	Passivos financeiros	1.221.700,00	1.163.250,39	58.449,61	95,22%	1.163.250,39	58.449,61	95,22%	96,31%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>2.789.778,00</b>	<b>1.832.286,60</b>	<b>957.491,40</b>	<b>65,68%</b>	<b>1.654.307,24</b>	<b>1.135.470,76</b>	<b>59,30%</b>	<b>64,69%</b>
<b>TOTAL DE DESPESAS</b>		<b>8.449.278,56</b>	<b>7.246.416,32</b>	<b>1.202.862,24</b>	<b>85,76%</b>	<b>6.625.436,23</b>	<b>1.823.842,33</b>	<b>78,41%</b>	<b>72,23%</b>

### Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões Corrigidas	Receita Cobrada Líquida	Saldo	Grau Exec. Dez 15	Grau Exec. Dez 14
Cl.	Designação					
1	Impostos diretos	750 406,28	507 997,69	-242 408,59	67,70%	90,75%
2	Impostos indiretos	423,63	31,00	-392,63	7,32%	1,99%
4	Taxas, multas e outras penalidades	119 152,70	106 355,31	-12 797,39	89,26%	111,95%
5	Rendimentos da propriedade	258 500,00	212 987,11	-45 512,89	82,39%	111,78%
6	Transferências correntes	4 799 201,00	4 756 571,61	-42 629,39	99,11%	90,63%
7	Venda de bens e serviços correntes	901 131,39	510 101,98	-391 029,41	56,61%	39,83%
8	Outras receitas correntes	170 062,44	63 757,94	-106 304,50	37,49%	1,08%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>		<b>6 998 877,44</b>	<b>6 157 802,64</b>	<b>-841 074,80</b>	<b>87,98%</b>	<b>80,60%</b>
9	Venda de bens de investimento	1 000,00	5 640,00	4 640,00	564,00%	0,00%
10	Transferências de capital	1 388 200,00	1 425 363,00	37 163,00	102,68%	47,72%
11	Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>		<b>1 389 200,00</b>	<b>1 431 003,00</b>	<b>41 803,00</b>	<b>103,01%</b>	<b>31,49%</b>
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	100,56	0,00	-100,56	0,00%	689,66%
16	Saldo da gerência anterior	62 100,56	62 100,56	0,00	100,00%	100,00%
<b>OUTRAS RECEITAS</b>		<b>62 201,12</b>	<b>62 100,56</b>	<b>-100,56</b>	<b>99,84%</b>	<b>101,32%</b>
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>		<b>8 450 278,56</b>	<b>7 650 906,20</b>	<b>-799 372,36</b>	<b>90,54%</b>	<b>73,39%</b>

### Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	dez/15	dez/14	dez/15	dez/14
Receita total / Despesa total	115,48%	100,75%	105,58%	89,29%
Receita corrente / Despesa corrente	123,87%	126,72%	113,74%	109,59%
Receita capital / Despesa capital	86,50%	24,24%	78,10%	23,00%
Despesa Pessoal / Despesa Total	33,95%	35,96%	32,72%	32,41%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	31,71%	28,79%	33,28%	34,66%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	4,16%	6,55%	6,08%	6,65%
Serviço da Dívida / Despesa Total	17,56%	18,27%	16,05%	16,19%
Receitas próprias / Despesa Total	22,17%	25,17%	20,27%	22,31%
Transferências recebidas / Despesa Total	93,31%	75,58%	85,31%	66,98%
Juros e outros encargos / Despesa Total	3,03%	3,69%	2,77%	3,28%

### Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	dez/15	dez/14
Receitas próprias / Receita total	19,20%	24,98%
Transferências recebidas / Receita Total	80,80%	75,02%

6. Considerando o mapa referente à execução da despesa paga relativamente a 2015, em termos globais, a execução das despesas correntes ascende a 87,84% e a execução das despesas de capital é de 59,30%. Em termos comparativos, em 2014 estes graus de execução situavam-se nos 75,53% e 64,69% respetivamente. Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 85,76% (contra 81,51% em igual período do exercício anterior), dando-se especial enfoque às despesas correntes cujos compromissos assumidos representam 95,66% das dotações corrigidas, enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam 65,68% da dotação existente. Tanto as rubricas de despesas correntes como de capital, com exceção das aquisições de bens de capital, registam um grau de execução que se consideram bastante satisfatórios, isto é, apresentam graus de execução superiores aos verificados em igual período do ano anterior, existindo, por isso, maior aproximação entre os compromissos assumidos e as despesas pagas.

No que se refere às despesas com pessoal, o grau de execução ronda os 92,61% (contra 88,59% em igual período do exercício anterior), situação que só não atingiu maior grau de execução por força de

pagamentos abaixo do previsto em relação a verbas variáveis tais como os abonos variáveis ou eventuais, os encargos com saúde do pessoal, subsídio familiar e outras prestações familiares.

A aquisição de bens e serviços apresenta um grau de execução de 81,48% (64,48% em igual período do exercício anterior), porém a despesa comprometida desta natureza ascende a 93,52%, facto relacionado com os fornecimentos regulares.

O grau de execução da despesa com transferências correntes ascende a 96,63% (67,30% em igual período do exercício anterior), apresentando assim uma execução bastante próxima do previsto.

De uma forma genérica, o grau de execução da despesa surge afetado pela menor expressão na execução das despesas de capital, que ascendeu apenas a 59,30% (64,69% em igual período do exercício anterior). Para os indicadores apresentados na execução da despesa de capital contribuiu a realização de investimento abaixo do previsto, nomeadamente na aquisição de terrenos, construção/beneficiação de escolas, instalações desportivas e recreativas e construções diversas (sistemas de drenagens de águas residuais, iluminação pública, parques e jardins) e equipamento administrativo e informático.

Quanto ao grau de execução da despesa corrente apresenta valores bastante satisfatórios, registando uma tendência positiva na medida em que apresentam um grau de execução bastante superior ao apresentado em igual período do ano anterior.

- 7.** No que se refere à execução orçamental da receita, globalmente, e tal como para as despesas, o seu grau de execução orçamental é superior ao verificado em igual período do exercício anterior, isto é, atingiu 90,54% contra 73,39% no período homólogo.

Ao nível das receitas de capital, foram executados 103,01% contra os 31,49% verificados em igual período do ano anterior. O grau de execução orçamental excedeu as expectativas, quer na venda de bens de investimento (equipamento de transporte), quer relativamente às transferências de capital (provenientes da Administração Local).

Analisando as receitas correntes, verifica-se um grau de execução orçamental de 87,98% (80,60% em igual período do ano anterior). A rubrica de impostos diretos apresenta um grau de execução de apenas 67,70%, quando em igual período do ano anterior o grau de execução ascendia a 90,75%, a execução desta rubrica ficou abaixo do expectável por via do facto da receita prevista para o IMI e IMT terem ficado aquém do inicialmente previsto.

A venda de bens e serviços correntes apresenta uma execução de 56,61%, taxa abaixo da expectativa anual, ainda assim, superior ao apresentado no período homólogo do ano anterior que ascendeu 39,83%.

A menor execução desta rubrica, resulta da previsão efetuada para a venda de água e da prestação de

serviços de relacionados com os resíduos sólidos se encontrar francamente aquém dos valores estimados para o período.

As transferências correntes apresentaram valores dentro do previsto para o ano, tendo sido executadas 99,11% das receitas, quando em igual período do ano anterior o grau de execução ficou nos 90,63%.

Face ao já descrito nos parágrafos anteriores, na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente foi de 123,87% quando em igual período do ano anterior havia sido de 126,72%. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, as despesas correntes foram suportadas em 113,74% pelas receitas correntes quando no ano anterior aquela relação era de 109,59%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, verifica-se um forte crescimento face a 2014, isto é, as despesas de capital foram cobertas com receitas de capital em 86,50% no ano em análise e em 24,24% em 2014. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, em 2015 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 78,10% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2014 as despesas de capital se encontravam cobertas em apenas 23,00%.

- 8.** No que se refere às receitas próprias, considerando a informação reportada ao ano de 2015, identifica-se um decréscimo, face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.652.354 € em 2014 para 1.468.972 € em 2015 (menos 183.383 €). Esta variação está, essencialmente, relacionada com a variação negativa do saldo de gerência entre 2014 e 2015, sendo esse decréscimo no montante de 63.856,86 €, situando-se o saldo de gerência no ano de 2015 nos 62.100,56 €, e com venda de bens e serviços correntes, cujo decréscimo ascendeu a 90.459,52 €, tendo-se fixado a receita cobrada relacionada com esta rubrica em 510.101,98 € quando em igual período do ano anterior tinha ascendido a 600.561,50 €. Deste modo verifica-se um decréscimo da cobertura das despesas totais com este tipo de receitas, atingindo um rácio de 22,17% em 2015 contra 25,17% em 2014, tendo por base a ótica da despesa paga.
- 9.** A despesa comprometida em 2015 mostrou-se inferior em 404.489,88 € em relação à receita cobrada, quando em 2014 a despesa comprometida era superior à receita cobrada em 793.259,48 €, verificando-se portanto uma inversão em sentido positivo deste indicador. O motivo para esta inversão encontra-se relacionada com o forte crescimento registado ao nível das receitas de capital (+997.574,58 €), quando comparado com o período homólogo do ano anterior.

## ANÁLISE ECONÓMICA

**10.** Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados:

### Mapa 5 – Estrutura dos Proveitos e Ganhos (em Euros)

Proveitos e Ganhos		2015	%	2014	%
Cl.	Designação				
71	Vendas e prestações de serviços	719 669,84	10,29%	808 033,97	11,12%
72	Impostos e taxas	556 595,95	7,96%	939 982,03	12,94%
73	Proveitos Suplementares	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Transferências e subsídios obtidos	5 256 332,27	75,19%	5 044 884,69	69,43%
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Proveitos e ganhos financeiros	4 866,78	0,07%	14 208,25	0,20%
79	Proveitos e ganhos extraordinários	453 601,18	6,49%	459 326,29	6,32%
	<b>TOTAL DE PROVEITOS</b>	<b>6 991 066,02</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 266 435,23</b>	<b>100,00%</b>

### Mapa 6 – Estrutura dos Custos e Perdas (em Euros)

Custos e Perdas		2015	%	2014	%
Cl.	Designação				
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	346 372,76	5,37%	296 551,67	4,19%
62	Fornecimentos e serviços externos	1 587 927,51	24,62%	1 968 887,89	27,82%
63	Transf. e subsíd. corr. conced. e prest. sociais	437 737,50	6,79%	291 472,19	4,12%
64	Custos com o pessoal	2 226 457,52	34,53%	2 537 805,09	35,86%
65	Outros custos e perdas operacionais	24 440,08	0,38%	12 178,86	0,17%
66	Amortizações do exercício	1 455 328,52	22,57%	1 456 216,05	20,58%
67	Provisões do exercício	981,34	0,02%	0,00	0,00%
68	Custos e perdas financeiros	208 267,71	3,23%	246 848,31	3,49%
69	Custos e perdas extraordinários	161 298,00	2,50%	266 440,62	3,77%
	<b>TOTAL DE CUSTOS</b>	<b>6 448 810,94</b>	<b>100,00%</b>	<b>7 076 400,68</b>	<b>100,00%</b>

**11.** A estrutura de proveitos apresenta um decréscimo (menos 275.369,21 € ou -3,79%) face a igual período do ano anterior, fixando-se em 2015 o total de proveitos em 6.991.066,02 €. Esta diminuição está relacionada essencialmente com a queda de receita verificada ao nível do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e Imposto Municipal Sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT). Note-se que a rubrica de impostos e taxas apresentou uma diminuição de cerca de 40%, em resultado do referido, fixando-se nos 556.595,95 €, representando cerca de 8% do total dos proveitos do município. Também as vendas e

prestações de serviços decresceram 88.364,13 € (-10,94%), de 2014 para 2015, situando-se nos 719.669,84 €, representando esta rubrica em 2015 cerca de 10% dos proveitos totais do município. Por outro lado, a rubrica de transferências e subsídios obtidos ascendeu a 5.256.332,27 € em 2015 sendo 5.044.884,69 € em igual período de 2014, o que representa um crescimento de 211.447,58 € (4,19%) proveniente das transferências do Orçamento do Estado, sendo a rubrica de proveitos mais significativa, representando cerca de 75% dos proveitos totais do município.

- 12.** No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, verifica-se um decréscimo de 627.589,74 € (-8,87%) em relação ao verificado em 2014, fixando-se o total de custos do município no exercício de 2015 em 6.448.810,94 €. Esta diminuição está essencialmente relacionada com o decréscimo de 380.960,38 € (-19,35%) dos fornecimentos e serviços externos ascendendo em 2015 a 1.587.927,51 €, sendo no exercício anterior 1.968.887,89 €, bem como, a diminuição registada na rubrica de custos com o pessoal, que se fixou nos 2.226.457,52 €, apresentando um decréscimo de 311.347,57 € (-12,27%). As rubricas dos fornecimentos e serviços externos responsáveis por esta forte diminuição foram a "limpeza, Higiene e Conforto", que ascendeu a 386.905,07 €, quando no ano anterior apresentava o montante de 695.419,34 € e os transportes escolares com o montante de 216.568,22 €, quando no ano transato o valor apresentado foi de 275.891,44 €. As variações nas rubricas indicadas dos FSE's está relacionada com a existência de novo procedimento concursal em 2014 para repor a regularidade daqueles serviços (dada a impossibilidade continuidade dos fornecedores antigos), sendo que os valores apresentados em 2015 retomam a média de custos daqueles serviços até 2013, sendo por isso, o ano de 2014 a exceção.

Os custos com pessoal representam a principal rubrica de custos do município (34,53%), seguindo-se os fornecimentos e serviços externos representando 24,62% e as amortizações do exercício que representam 22,57%.

- 13.** Tendo em consideração os valores referidos, o resultado líquido do ano 2015 ascende a 542.255,08 €, montante superior em 352.220,53 € ao verificado em 2014. Importa salientar que este acréscimo do resultado do município está intimamente relacionado com o decréscimo verificado ao nível dos gastos com os fornecimentos e serviços externos e com o pessoal.

## ANÁLISE FINANCEIRA

- 14.** As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

### Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/15	%	dez/14	%
<b>211+212+213</b>	Clientes, contribuintes e utentes c/c	34 843,85	33,05%	37 590,53	26,44%
<b>218</b>	Clientes, contribuintes e utentes de cob. duvidosa	4 184,78	3,97%	6 143,11	4,32%
<b>24</b>	Estado e outros entes públicos	66 396,47	62,98%	98 455,48	69,24%
	<b>Total Curto Prazo</b>	<b>105 425,10</b>	<b>100,00%</b>	<b>142 189,12</b>	<b>100,00%</b>
	<b>Total Médio Longo Prazo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
	<b>TOTAL DE DÍVIDAS DE TERCEIROS</b>	<b>105 425,10</b>	<b>100,00%</b>	<b>142 189,12</b>	<b>100,00%</b>

### Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Classif.	Designação	dez/15	%	dez/14	%
<b>2311</b>	Empréstimos de curto prazo	973 800,00	12,59%	957 700,00	10,68%
<b>221</b>	Fornecedores c/c	253 865,67	3,28%	326 803,88	3,64%
<b>2611</b>	Fornecedores de imobilizado c/c	92 601,20	1,20%	108 440,45	1,21%
<b>24</b>	Estado e outros entes públicos	30 339,89	0,39%	58 304,69	0,65%
<b>262+263+267+268</b>	Outros credores	155 620,93	2,01%	55 702,98	0,62%
	<b>Total Curto Prazo</b>	<b>1 506 227,69</b>	<b>19,47%</b>	<b>1 506 952,00</b>	<b>16,81%</b>
<b>2312</b>	Dívidas a instituições de crédito	5 977 818,48	77,27%	7 157 168,87	79,82%
<b>2689</b>	Outros credores	252 392,83	3,26%	302 870,83	3,38%
	<b>Total Médio Longo Prazo</b>	<b>6 230 211,31</b>	<b>80,53%</b>	<b>7 460 039,70</b>	<b>83,19%</b>
	<b>TOTAL DE DÍVIDAS A TERCEIROS</b>	<b>7 736 439,00</b>	<b>100,00%</b>	<b>8 966 991,70</b>	<b>100,00%</b>

**15.** O valor de dívidas a receber (105.425,10 €) apresenta um decréscimo de 36.764,02 € face ao verificado no período homólogo do ano anterior. Esta variação está essencialmente relacionada com a diminuição dos valores a receber do Estado e outros entes públicos, nomeadamente IVA a recuperar.

**16.** O valor global das dívidas a pagar ascende a 7.736.439,00 €, montante inferior em 1.230.552,70 € ao verificado no ano anterior. De realçar a redução das dívidas a instituições de crédito em 1.163.250,39 € e a diminuição da dívida aos fornecedores em 88.777,46 €, por outro lado, os valores a pagar a outros credores cresceu 49.439,95 € comparativamente ao ano transato.

**17. No âmbito do Regime Financeiro das Autarquias Locais – Capítulo V (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro), verifica-se que:**

- a) Foi cumprido o limite da dívida total previsto no n.º 1 do seu artigo 52.º (incluindo a dívida das entidades referidas no artigo 54.º do mesmo diploma), facto que se realça, dado que esta situação não se verificava em períodos anteriores.
- b) A alínea a) do n.º 3 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2014, de 3 de setembro, dispõe que sempre que o limite da dívida não seja cumprido, no exercício subsequente deverá reduzir 10% do montante em excesso. Note-se que, em 1 de janeiro de 2015 o montante da dívida total ascendia a 8.772.214,37 € e em 31 de dezembro esse montante foi reduzido para 7.659.374,74 €, com esta redução o município situou-se abaixo do limite da dívida total para 2015, que foi fixada em 8.181.712 €.
- c) Foi respeitada a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, não existindo dívidas por pagar com mais de 90 dias. Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2015 ascendiam a 2.690.277,10 €.

Viseu, 24 de março de 2016

O Revisor Oficial de Contas

Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda., n.º 282  
Representada por Ricardo Filipe Macias Carvalho, ROC n.º 1492